CARTILHA DA CIDADE, OFICINA URBANA: TERRITÓRIO EM DISPUTA

"CARTILHA DA CIDADE", URBAN WORKSHOP: TERRITORY IN DISPUTE

"CARTILHA DA CIDADE", TALLER URBANO: TERRITORIO EN DISPUTA ÍTULO DEL TALLER O PRÁCTICA URBANA EN ESPAÑOL

EIXO 6 - PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS E INSURGÊNCIAS

Coordenador 1
BUZZAR, Miguel Antonio
DOUTOR
Professor Titular; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP)
mbuzzar@sc.usp.br

Coautora 1

FACHI, Fernanda Millan
Doutoranda; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP)
fernanda.millanfachi@usp.br

Coautora 2

BRAGA, Juliana Martes Martins
Mestranda; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP)
julianammbraga@gmail.com

Coautora 3

SILVA, Gabriela Correia
Graduanda; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP)
gabrielacorreiasilva@usp.br

Coautora 4

FRANÇA, Brenda de Castro

Graduanda; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP)
brendaf@usp.br

RESUMO DA PROPOSTA GERAL DA OFICINA

CONTEXTUALIZAÇÃO

Mais de 85% da população do Brasil encontra-se nas cidades, centros políticos, administrativos, econômicos, sociais e culturais. Entretanto, a cidade, sua estrutura territorial, a legislação que rege sua conformação política e territorial, suas características e seu funcionamento são desconhecidos pela maioria da população.

Viver nas cidades significa trabalhar, se alimentar, estudar, circular, passear, consumir, divertir-se etc. Geralmente, fazemos uso do espaço urbano de forma pouco informada e, em muitos casos, refletimos sobre o seu funcionamento especialmente quando um episódio negativo acontece, como uma enchente que causa prejuízos enormes aos moradores afetados. Ainda que a crise climática esteja no centro dos problemas urbanos atuais, eventos negativos ocorrem de forma constante ou ocasional, dependendo de fatores naturais ou da falta de planejamento de infraestrutura, como os que geram falta d'água ou de energia elétrica. Mas há outros, como despejos, por exemplo, enfrentamento entre movimentos sociais e as forças de segurança na luta por moradia.

Os problemas nos obrigam a pensar sobre o território que habitamos, a cidade. Contudo, conhecê-la em profundidade, deveria ser algo inerente à nossa formação enquanto cidadãos. Mesmo aspectos corriqueiros parecem escapar a compreensão. Qual a diferença entre a rede de esgoto e a rede de capitação de águas pluviais? Como essas duas redes estão implantadas na cidade? Como funcionam? Há algum conhecimento sobre esses assuntos por parte dos moradores da cidade mas, certamente, há muitas interrogações.

Há temas e assuntos que algumas pessoas conhecem bem – geralmente os profissionais técnicos, como arquitetos, engenheiros etc. – mas que a maioria, apesar de viver e experimentar a cidade cotidianamente nas suas várias dimensões e problemas, possui uma noção vaga, imprecisa e não têm acesso às informações de uma forma simples (não especializada) e concentrada. De maneira arbitrária, a cidade é consumida todo dia e não constitui um espaço de cidadania.

É nesse contexto que o Projeto de Pesquisa e Extensão Cartilha da Cidade, do grupo ARQUITEC, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP), atua, discutindo a produção do espaço urbano por meio de oficinas com estudantes, pesquisadores e professores de instituições de ensino de diferentes níveis, de maneira a incitar a participação de todos na produção das cidades.

OBJETIVO

O objetivo da Cartilha da Cidade é tornar acessível à todos, questões referentes à cidade, a partir da vivência urbana e de informações objetivas, tendo como meta o incremento da cidadania. Expondo e exercitando situações urbanas, as atividades pretendem contribuir para a compreensão do "território construído", no qual o cidadão habita, trabalha, estuda, circula e usa de várias outras formas.

JUSTIFICATIVA

A Cartilha elaborou 5 versões de trabalho para suas atividades, dentre elas uma destinada à educação infantil. No mais, as oficinas propostas têm por base o Jogo "Agentes Urbanos e a Cidade Participativa" e visa demonstrar o potencial de aprendizado acerca de temáticas urbanas a partir da interação entre os pesquisadores da Cartilha e os participantes. O Jogo possui 4 versões, abrangendo toda a educação básica e ensino superior, além de profissionais e público em geral. O jogo foi estruturado segundo o jogo "*World Peace Game*", desenvolvido pelo professor John Hunter, que introduz problemas mundiais na perspectiva que sejam equacionados pelos alunos/participantes, divididos em grupos que representam organizações mundiais. O objetivo é que da interação, do diálogo, sejam elaboradas soluções para os problemas – a participação crítica e ativa é o mote de seu equacionamento. No caso do jogo criado pela Cartilha, pretendeu-se aproximar temáticas urbanas ao cotidiano dos estudantes, portanto, adaptando o jogo para a escala do território, da cidade, seus problemas e conflitos.

O jogo parte de situações-problemas, envolvendo disputas de interesses por distintos agentes, ou grupos urbanos, que servem de estímulos para a dinâmica da atividade. As situações colocam em relação e, no limite, em conflito os agentes urbanos, representados pelos jogadores. Dentre os agentes da cidade hipotética estão a Prefeitura, Câmara, Secretarias (Planejamento, Educação, Saúde, Transporte, Moradia e Meio Ambiente), Ministério Público, Associação de Moradores, Movimentos Sociais, ONGs, Empreendedor Imobiliário, entre outros. Para cada um dos agentes, foi elaborada uma descrição de seus perfis, sintetizados em uma ficha. Por fim, foi confeccionada uma maquete urbana (tabuleiro do jogo) servindo de suporte para elucidar a territorialização das situações-problemas de uma cidade imaginária e permitir que as ações dos agentes ganhassem concretude.

De caráter colaborativo, ao mesmo tempo interativo e crítico, o jogo aborda as disputas urbanas por direitos no território (moradia, transporte, serviços etc.), elucidando através de situações distintas os limites e possibilidades da efetivação do direito à cidade, compreendido segundo definição lefebvriana de direito de criação e fruição plena do espaço urbano e social (Lefebvre, 2011, p. 105-106), questionado em função da desigualdade territorial (Maricato, 2013) que as situações do jogo apresentam, permitindo a identificação do que foi definido como "déficit de cidade" (Rolnik, 2016).

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

A oficina é proposta por meio de um jogo em que os problemas de uma cidade hipotética são trabalhados tendo como base uma maquete (tabuleiro do jogo) que retrata o território urbano, seus componentes físicos e os agentes sociais que nele atuam.

Composição do jogo e organização:

O jogo apresenta agentes que podem ser representados por um ou mais participantes. O número de agentes por versão varia e, no caso da versão proposta – para alunos de graduação, pós-graduação, docentes, profissionais e público geral –, há 9 agentes, portanto, espera-se que o número de participantes na oficina seja de, no mínimo, 9 pessoas e, no máximo, 36.

A duração prevista para o jogo é de dois períodos de 50 minutos seguidos de um encerramento de 20 minutos, totalizando 2 horas de oficina. A oficina pode ser realizada em ambientes diversos, desde que haja lugar para disposição da maquete e espaço para que os agentes se organizem para dialogarem.

Dinâmica do jogo, etapas e duração:

Os tempos de cada etapa podem ser encurtados ou estendidos, conforme necessidade.

Etapas do primeiro período:

1) Divisão dos participantes em agentes urbanos: os grupos são organizados conforme a quantidade de participantes e de agentes urbanos.

2) Introdução ao jogo, seu funcionamento e objetivos (10 min): a cidade hipotética é apresentada para que os participantes, enquanto agentes urbanos, tomem decisões acerca de seus interesses.

3) Apresentação da situação-problema (10 min):

> Na área central da cidade de Rios Perenes, há edifícios que abrigavam famílias de alta renda, principalmente nos arredores da antiga fábrica de tecelagem, complexo que possui valor patrimonial histórico e arquitetônico. A região tem passado por mudanças de uso e ocupação, com os antigos casarões sendo convertidos em restaurantes e estabelecimentos comerciais. Após a desativação da fábrica, seu complexo foi ocupado por famílias que não possuíam moradia, com apoio do Movimento Social Pró-Moradia.
> Como atualmente, em função das mudanças, o uso predominante dos edifícios na área central é de comércio e prestação de serviços, um grupo de Empreendedores Imobiliários manifestou interesse em adquirir o complexo da fábrica com o intuito de construir um shopping center, proposta que recebeu o apoio da Associação de Comerciantes. A ONG Direitos Humanos, Cidade e Cultura, em parceria com o Movimento Social Pró-Moradia, defende

> que o complexo seja de uso misto e contemple habitações populares e um centro cultural, que promova apresentações, exposições e projetos culturais. O Ministério Público, apoiado pela Câmara de Vereadores e pelo Serviço de Patrimônio, sustenta que, independentemente do uso, deve-se preservar a volumetria e a composição das fachadas do complexo, em função de seu valor patrimonial.
> A Associação de Moradores visa garantir que todas as famílias sejam atendidas, desse modo, concorda com a ONG Direitos Humanos, Cidade e Cultura e com o Movimento Social Pró-Moradia com o uso misto do antigo complexo, desde que todas as famílias obtenham moradias no local ou então, caso essa solução não seja possível, reivindica um posicionamento da Prefeitura sobre a concretização e a localização da construção de moradias através de programas habitacionais.
> A Imprensa busca investigar as razões de cada agente, e tem dois posicionamentos distintos, um lado apoia a construção do shopping center, por acreditar que isso atrairá mais investimentos para a área; o outro entende que a prioridade deve ser as famílias que ocupam o antigo complexo e que, portanto, a solução seria abrigá-las dignamente; além de propor como alternativa uma audiência pública para definir o uso da área. (Buzzar *et al*, 2024, p.7)

4) Debate interno de cada grupo de agentes urbanos a respeito das situações-problema (10 min): cada agente urbano define seu posicionamento e estratégia a ser adotada frente à situação proposta.

5) Pronunciamento dos grupos sobre suas propostas a respeito da situação-problema (20 min): cada agente expõe suas propostas para a situação-problema jogada.

Etapas do segundo período:

6) Debates e negociações entre todos os grupos de agentes urbanos buscando acordos dos interesses (20 min): os agentes conversam entre si a fim de negociar e debater suas propostas.

7) Definição e preparação para o pronunciamento das propostas de cada grupo (10 min): após dialogarem com os demais agentes, cada agente urbano analisa os acordos e desacordos para, finalmente, decidirem suas proposições.

8) Pronunciamento das propostas (20 min, no mínimo 4 minutos por agente urbano): cada agente expõe seu posicionamento final.

Debate Final (20 minutos): para conclusão da atividade e explanação a respeito do que o jogo significa se pensado em nosso cotidiano, em situações reais.

RESULTADOS ESPERADOS

É essencial que se diga que vencer não é o objetivo do jogo, mas sim o debate de ideias e diálogo entre todos os agentes e com um desfecho, em princípio, satisfatório para todos, ou que coloque em perspectiva uma situação que explicite interesses distintos, aproximando-se de uma situação real. Dessa forma, os participantes exercem o diálogo reconhecendo o outro, desenvolvendo um senso crítico sobre a cidade e percebendo-se enquanto cidadãos.

Assim sendo, espera-se a aproximação do jogo para com a realidade das cidades, de acordo com a perspectiva de diferentes agentes urbanos, que coexistem e produzem a cidade e, sobretudo, contribuir para a formação cidadã de seus jogadores.

REFERÊNCIAS

BUZZAR, Miguel A. *et al*. **Cartilha da cidade**. 2 ed. São Carlos: IAU/USP, 2023. 60 p.

BUZZAR, Miguel A. *et al*. **Versão 4: jogo agentes urbanos e a cidade participativa**. 2 ed. São Carlos: IAU/USP, 2024. 12 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. 3 reimpressão. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro. 2011. 143 p.

MARICATO, Ermínia. **O direito à cidade depende de reforma urbana que democratize o uso e a ocupação do solo**. Entrevista para a Rede Mobilizadores COEP, 16 dez. 2013. Disponível em: https://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/. Acesso em: 18 mai 2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Cartilha da Cidade. agentes urbanos. cidade participativa. cidadania.